



Número: **0001598-31.2019.8.17.2990**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Olinda**

Última distribuição : **25/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.350,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MANOEL FRANCISCO LINS DA SILVA (INTERESSADO (PGM))		JOSE PEREIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (INTERESSADO (PGM))			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
40431987	25/01/2019 18:27	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
40432092	25/01/2019 18:27	<a href="#">AVISO DE SINISTRO</a>	Outros (Documento)
40432117	25/01/2019 18:27	<a href="#">CNH20180928_15020014</a>	Documento de Identificação
40432158	25/01/2019 18:27	<a href="#">COMP RESIDENCIA20180928_15030108</a>	Outros (Documento)
40432283	25/01/2019 18:27	<a href="#">DECISÃO EXAME PERICIAL INSS 220180928_15342908</a>	Documento de Comprovação
40432300	25/01/2019 18:27	<a href="#">DECISÃO EXAME PERICIAL INSS20180928_15333002</a>	Documento de Comprovação
40432317	25/01/2019 18:27	<a href="#">DECLARAÇÃO INSS20180928_15305814</a>	Documento de Comprovação
40432335	25/01/2019 18:27	<a href="#">DECLARAÇÃO POBREZA20180928_15040940</a>	Documento de Comprovação
40432353	25/01/2019 18:27	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO UPA 220180928_15122764</a>	Documento de Comprovação
40432366	25/01/2019 18:27	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO UPA 320180928_15131311</a>	Documento de Comprovação
40432379	25/01/2019 18:27	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO UPA20180928_15104154</a>	Documento de Comprovação
40432395	25/01/2019 18:27	<a href="#">EVOLUÇÃO CLINICA20180928_15234067</a>	Documento de Comprovação
40432422	25/01/2019 18:27	<a href="#">FICHA DE CIRURGIA DESCRITIVA20180928_15263675</a>	Documento de Comprovação
40432435	25/01/2019 18:27	<a href="#">FICHA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR20180928_15225208</a>	Documento de Comprovação
40432447	25/01/2019 18:27	<a href="#">HOSPITAL NORTE MIGUEL ARRAES20180928_15164002</a>	Documento de Comprovação
40432458	25/01/2019 18:27	<a href="#">LAUDO MÉDICO20180928_15294336</a>	Laudo
40432466	25/01/2019 18:27	<a href="#">NEGATIVA DO SINISTRO</a>	Documento de Comprovação
40432483	25/01/2019 18:27	<a href="#">PROCEDIMENTO DE ALTA20180928_15252255</a>	Documento de Comprovação

40432 489	25/01/2019 18:27	<a href="#">PROCURAÇÃO20180928_15005628</a>	Procuração
40432 495	25/01/2019 18:27	<a href="#">REQUEIRIMENTO PARA EXAME PERICIAL INSS20180928_15315018</a>	Documento de Comprovação
40432 508	25/01/2019 18:27	<a href="#">RESUMO DE ALTA HOSPITALAR20180928_15280798</a>	Documento de Comprovação
40432 520	25/01/2019 18:27	<a href="#">RESUMO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO20180928_15185478</a>	Documento de Comprovação
40432 544	25/01/2019 18:27	<a href="#">SENHA DE CLASSIFICAÇÃO HOSP NORTE MIGUEL ARRAES20180928_15215147</a>	Documento de Comprovação
40434 924	04/02/2019 10:17	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
44676 182	06/05/2019 13:23	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
44676 199	06/05/2019 13:31	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

MM. JUÍZO DE DIREITO DA\_\_\_VARA CÍVEL DA COMARCA DE OLINDA-PE

**MANOEL FRANCISCO LINS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, funileiro industrial, portador da carteira de identidade nº 9025011 SDS PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 112.793.374-43, residente e domiciliado na Rua Bela Vista, nº 312, bairro Jardim Frágoso, Cidade Olinda, Estado Pernambuco, CEP:53060455, vem, por intermédio de seu procurador infra-assinado, com e-mail profissional: jppjunior596@gmail.com e escritório profissional na Avenida Av. Agamenon Magalhães nº 3411, torreão, centro empresarial Tacaruna, sala 02 e 04, recife-PE, CEP: 52.030-210, vem, mui respeitosamente propor

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

Em face de **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-205 pelas questões de fato e direito apresentadas a seguir.

**I. | DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA:**

Inicialmente, requer a V. Exª, seja deferido o benefício de Gratuidade de Justiça, com fulcro na Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC) no artigo 98 e seguintes, por não ter o Autor condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento, conforme declaração acostada à presente inicial.

**II| DOS FATOS:**

O reclamante foi vítima de acidente automobilístico na data de **07/05/2018**, conforme boletim de ocorrência em anexo, na cidade de Paulista-PE.

Posteriormente, o requerente foi encaminhado para atendimento médico, **sendo diagnosticado que sofrera uma fratura no 5º pododáctilo do pé esquerdo**, conforme laudo médico, em anexo, que enquadrou sua lesão dentro da **CID 10 S92**.

Pois bem Excelência, em decorrência da lesão sofrida, **restou ao requerente parcial limitação nos movimentos, além de sentir dores intensas e constantes**, ou seja, atividades mais simples do dia a dia, como caminhar, calçar um sapato, praticar algum exercício físico, tornaram-se tarefas dolorosas a serem desempenhadas.



Assim, certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, o autor realizou o pedido administrativo junto a Líder sob o sinistro nº 3180464213. Entretanto, o pagamento foi negado pela reclamada sob o fundamento de **NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS**, conforme documento em anexo.

Considerando os prejuízos, as limitações ocasionadas em razão da fratura e das intensas **dores** as quais até os presentes dias são sentidas pela vítima, a alegação de não haver seqüela é uma afronta a tudo que o segurado passou e passa.

Diante disso, tendo em vista que o autor não recebeu pelas vias administrativas o que lhe é garantido legalmente, é tempestiva a alternativa em socorrer ao Poder Judiciário para exigir da reclamada a devida indenização pelas sequelas ocasionadas pelo acidente.

### III| DO DIREITO

#### III.1| DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Primeiramente, é importante destacar o conceito de invalidez descrito pela própria seguradora ré:

*“Considera-se invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável ao fim do tratamento médico (alta definitiva). A invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.”*

No caso em questão através da análise dos documentos acostados não resta dúvida que se trata de uma fratura ocorrida no 5º pododáctilo do pé esquerdo, o qual, a recuperação ocorre de forma gradual/parcial, porém, nunca total.

É importante destacar que o requerente sente forte dores e possui dificuldades de realizar determinados movimentos. Assim, não resta dúvida que o acidente deixou sequelas, as quais devem ser indenizadas.

Nesse contexto, é importante analisar a jurisprudência colacionada:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - VÍTIMA TERCEIRO OU O PRÓPRIO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO - INADIMPLÊNCIA - IRRELEVÂNCIA - LAUDO PERICIAL DO JUÍZO - INVALIDEZ PARCIAL DEVIDAMENTE COMPROVADA. 1. É devido o pagamento do seguro DPVAT desde que comprovados o acidente e as sequelas sofridas pela vítima, independentemente se o proprietário do veículo está ou não inadimplente em relação ao prêmio do seguro. 2. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado, de acordo com o grau de invalidez apurado. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.17.017246-4/002, Relator (a): Des.(a) Cabral da Silva, 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/08/0018, publicação da sumula em 13/08/2018)

Além disso, a indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionada a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74, vejamos:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e o Laudo médico suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Diante de tudo o que sofreu o autor e vem sofrendo, muitas dores e limitações, o **promovente tem o direito a receber seu seguro conforme tabelamento previsto no art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, fazendo jus a receber o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do seguro, haja vista a evidente perda da função/funcional do 5º pododáctilo do pé esquerdo.**

### III.2| DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

A cobertura do seguro obrigatório DPVAT não se limita apenas aos danos de natureza material, pois, apesar de a lei (art. 3º da Lei 6.194/74) especificar que os danos indenizáveis são morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, não há nenhuma ressalva quanto ao fato de não estarem cobertos os prejuízos morais derivados desses eventos.

Não é surpresa a prática abusiva da seguradora em impor aos beneficiários do seguro, principalmente em um momento de fragilidade emocional, decorrente de acidente automobilístico, excessivas exigências que somente premiam a burocracia e pior, investir milhares, quiçá milhões de reais, em propaganda veiculada no horário nobre da TV pretendendo desmotivar a contratação de profissionais para que as representem quando da solicitação da indenização.

Além disso, o acidente, a burocracia da Seguradora Líder, ainda houve a negativa do procedimento administrativo por ausência de sequela, quando na verdade ela existe, foram os motivos que causaram no segurado um constrangimento e abalo psicológico e principalmente uma sensação de impotência, pois, viu seu direito ser cerceado sem nenhuma fundamentação consistente.

No caso de indenização por DPVAT, os danos morais se aplicam. Vejamos jurisprudências a seguir que ratificam o exposto:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS. Tendo sido permitido ao réu revelar produzir prova do recebimento do seguro obrigatório, e incidindo os efeitos da revelia somente sobre a matéria de fato vertida na inicial, era lícito ao Magistrado decidir sobre a possibilidade de dedução do seguro DPVAT, não se cogitando de sentença extra petita. Todavia, não é possível abater o seguro DPVAT da indenização por danos morais. Quantum indenizatório fixado na sentença a título de danos morais majorado para valor condizente com os parâmetros adotados pela Corte, tendo em vista, ainda, a necessidade de a condenação atender não só a função reparatória, mas também as funções punitiva e pedagógica esperadas da condenação. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70052855368, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 05/06/2013)(TJ-RS - AC: 70052855368 RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Data de Julgamento: 05/06/2013, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/06/2013)

Apelação Cível nº 0118487-11.2011.8.08.0012 Apelante: Deyvison Correia Barcelos Apelado: Ian Kallew Emilio Relator: Desembargador Substituto Jaime Ferreira Abreu ACÓRDÃO EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO. ATROPELAMENTO. HONORÁRIOS MANTIDOS. DANO MATERIAL COMPROVADO. INEXISTÊNCIA DE PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT. DANO MORAL. VALOR FIXADO DENTRO DO RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A cidente de trânsito ocorrido em 15 de novembro de 2010, vitimou o apelante, deixando-o com sequelas por durante diversos meses. 2. Conductor do feito que é, pode o juiz (sem provocação do ex adversus) indeferir a pretensão, se dos autos aflorarem fundadas razões para infirmar a assertiva de miserabilidade jurídica, como viabiliza o art. 5º, da Lei nº 1.060/50. 3. O pedido de decote da sentença do valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), relativos ao desconto de DVAT, entendo que não merece prosperar. 4. É incontroverso o acidente descrito nos autos e seus conseqüências em relação ao apelado. O que não há é a demonstração inequívoca de recebimento do seguro DPVAT pelo recorrido, tendo o juízo de piso acertado na condenação imposta ao



apelante, não havendo que falar em decote, como quer fazer crer. 5. Não há que se descurar que, em havendo a comprovação do pagamento do seguro em questão, a jurisprudência dos tribunais pátrios não deixam margem de dúvida quanto à devolução paga em relação aos gastos médicos. Mas sem comprovação de tal pagamento, não há falar em devolução. 6. Entendo que a sentença de piso fixou o valor dos danos morais ocasionados ao recorrido de maneira a lhe reparar o abalo sofrido e, uma vez que diante das circunstâncias do caso concreto e da condição econômica das partes, mister se faz manter o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor este que me parece razoável e proporcional para atender os fins reparatórios e sancionatórios a que se destinam. 7. Recurso conhecido e improvido. VISTOS, relatados e discutidos estes autos ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas que integram este julgado, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator. Vitória, ES, 12 de dezembro de 2017. PRESIDENTE RELATOR(TJ-ES - APL: 01184871120118080012, Relator: EWERTON SCHWAB PINTO JUNIOR, Data de Julgamento: 12/12/2017, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 12/12/2017).

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL E MATERIAL. ACIDENTE. ATROPELAMENTO. INDENIZAÇÃO. CULPA CONCORRENTE. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. DPVAT. DEDUÇÃO DOS VALORES INDENIZATÓRIOS. SÚMULA 246/STJ. POSSIBILIDADE. 1. Constatado que não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. 2. O Tribunal a quo consignou que, reconhecido o nexo de causalidade entre a conduta do requerido e o acidente, não há falar em culpa exclusiva da vítima, e sim em culpa concorrente, pois, "ainda que houvesse algum grau de culpa da vítima, a culpa do motorista do ônibus permanece, pois tem para lhe auxiliar a evitar fatos lamentáveis como os descritos neste processo, além do cobrador, um retrovisor externo do lado direito do ônibus que lhe dá toda a visão do que acontece do lado de fora da porta traseira. Sendo assim, parece claro que o evento lesivo só ocorreu porque nem o motorista e nem o cobrador observaram procedimentos básicos da respectiva função. O cobrador porque não viu o potencial passageiro ou, se o viu, não avisou ao motorista; este último porque imprimiu manobra no veículo sem observar o retrovisor externo. Tal providência, que não se pode exigir de um motorista particular, é básica para o motorista de transporte coletivo, tendo em vista o constante entra e sai de passageiros pela porta traseira" (fl. 474, e-STJ). 3. A instância de origem decidiu a questão com fundamento no suporte fático-probatório dos autos, cujo reexame é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial". 4. Em relação ao valor arbitrado a título de danos morais e estéticos, registre-se que estes se baseiam nas peculiaridades da causa, não sendo possível, em regra, a revisão do quantum na estreita via do especial. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que arbitrada indenização no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Precedente: AgInt no AREsp 1.039.356/PR, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/10/2017. 5. No que diz respeito à suposta violação dos artigos 20 e 21 do CPC/1973, o Superior Tribunal de Justiça não pode reexaminar os fatos narrados pelo Tribunal local para perscrutar o quanto cada parte sucumbiu na demanda, pois consolidado que a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos, bem como de existência de sucumbência mínima ou recíproca, requer o revolvimento de matéria fática, vedado pela Súmula 7/STJ. 6. Na Ação Indenizatória por danos materiais e morais, o termo inicial dos juros de mora, nos termos da Súmula 54/STJ, é a partir do evento danoso. Precedentes: EDcl no REsp 1.659.855/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/9/2017; AgInt nos EDcl no AREsp 890.151/RJ, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 23/10/2017; EREsp 494.183/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 12/12/2013; AgInt no AREsp 410.097/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 10/2/2017. 7. O STJ tem entendimento sumulado de que "o valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada" (Súmula 246/STJ). 8. Conforme preceitua a Súmula 246/STJ, a dedução do valor do seguro obrigatório dispensa comprovação do recebimento ou mesmo do requerimento do mesmo pela vítima. Precedentes: AgRg no REsp 1.322.497/DF, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 18/3/2014; AgRg no REsp 1.242.486/DF, Rel. Ministro Sidnei



Beneti, Terceira Turma, DJe 27/5/2011. 9. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido para assegurar à recorrente o direito de deduzir da indenização devida os valores a que faz jus o autor da demanda a título de cobertura de danos pessoais pelo seguro DPVAT.

Dessa maneira, a indenização por danos morais se faz no sentido de reparar o dano/ abalo sofrido pelo segurado. Assim, há necessidade de condenar a Ré, ao pagamento de uma indenização, de cunho compensatório e punitivo, pelos danos morais causados a Autora, tudo conforme fundamentado, em valor pecuniário justo e condizente com o caso apresentado em tela, qual, no entendimento da Autora, amparado em pacificada jurisprudência, deve ser equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ou então, em valor que esse Juízo fixar, pelos seus próprios critérios analíticos e jurídicos.

#### IV| DOS PEDIDOS:

Face ao exposto, requer a parte autora:

- a) A concessão dos benefícios da **assistência judiciária gratuita**, nos termos da Lei [1.060/50](#), visto que a Requerente não possui condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme faz prova declaração de pobreza anexa;
- b) A citação da reclamada para, se quiser, responder aos termos da presente sob pena de revelia, contudo, **DISPENSA A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, nos termos do art. [334](#), [§ 4º](#), I e [§ 5º](#), [CPC](#);
- c) A condenação da reclamada ao **pagamento da indenização** do Seguro [DPVAT](#) no valor de R\$1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), na forma das Leis nº [11.482/07](#) e nº [6.194/74](#);
- d) A condenação da reclamada ao **pagamento da indenização** por danos moral no valor de R\$10.000,00(dez mil reais);
- e) A condenação da reclamada ao pagamento de juros, correção monetária no que couber, a partir da data do acidente;
- f) Que a reclamada seja condenada ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência de 20%.
- g) Que V. Exa., caso julgue necessário, designe e nomeie o perito médico deste douto juízo para avaliar as lesões sofridas pelo autor;
- h) Com foco na celeridade processual, o recebimento dos quesitos a serem respondidos, nos termos do art. [465](#), [CPC](#);

#### V| DAS PROVAS:

Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidas em especial, documental, requerendo desde já o depoimento pessoal das representantes das reclamadas, sob pena de confissão.

#### VI| DO VALOR DA CAUSA:



Dá-se à causa o valor de R\$11.350,00 (Onze mil e trezentos e cinquenta reais).

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Olinda, 25 de janeiro de 2019

**JOSÉ PEREIRA JÚNIOR**  
**OAB/PE 42.280D**

